

A Importância do Direito ao Sigilo para Vítimas de Violência Sexual

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Joyce Ferreira De Souza

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O alto número de casos de estupro no Brasil torna essencial abordar o tema sob uma perspectiva ética e social, destacando a relação do Poder Judiciário e Executivo na saúde pública e os direitos fundamentais das vítimas. A proteção da privacidade e intimidade das vítimas é crucial para encorajar denúncias e prevenir futuros abusos. Estudos mostram que muitas vítimas evitam buscar ajuda médica, o que pode levar a sequelas físicas e mentais graves, além de aumentar o risco de comportamento suicida. Os profissionais envolvidos no atendimento médico e investigação policial devem garantir a privacidade e sigilo das informações para preservar a dignidade das vítimas.

Objetivo

Este trabalho discute a relevância da privacidade e intimidade das vítimas de estupro, considerando seus direitos de personalidade e a obrigação de sigilo dos profissionais. Também reflete sobre o papel do judiciário na proteção da integridade psicológica das vítimas.

Material e Métodos

A pesquisa realizada teve como base a análise do conteúdo de diversas publicações sobre o tema da violência contra a mulher, incluindo estudos acadêmicos e artigos jornalísticos. Dentre os artigos analisados, destacam-se os estudos de Santos et al. e Martins e Magalhães, que abordam o trajeto percorrido pelas vítimas de violência nas relações de intimidade e o comportamento suicida decorrente desse tipo de violência. Além disso, a pesquisa também se baseou em informações divulgadas pela Agência Câmara de Notícias e por Almir Godinho, que discutem a lei de proteção às vítimas de estupro e a publicidade dos atos do inquérito policial nos casos de estupro. É importante lembrar, no entanto, que a pesquisa foi realizada com base nos princípios éticos do Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que preconiza o sigilo profissional como um dever do profissional de saúde em relação às informações obtidas durante o exercício da profissão.

Resultados e Discussão

O resumo estendido aborda a importância de garantir o sigilo das vítimas de estupro para preservar seus direitos de personalidade e os direitos humanos. No Brasil, já existem medidas para proteger a privacidade das vítimas, como a proibição da divulgação de dados que possam identificá-las e a interdição da publicação de imagens e gravações que revelem seus momentos íntimos. No entanto, ainda há desafios a serem superados para garantir

que essas medidas sejam cumpridas. É fundamental abordar as vítimas com respeito e empatia, evitando julgamentos precipitados e sensacionalismo em torno dos casos de violência sexual. A pesquisa destaca a importância de proteger o sigilo das vítimas visando honra, privacidade, imagem e saúde mental, assim como a responsabilidade dos órgãos públicos de conscientizar e treinar os profissionais envolvidos na assistência às vítimas.

Conclusão

O resumo destaca a importância do sigilo para vítimas de crimes sexuais, protegendo sua privacidade e garantindo seus direitos. A Lei Geral de Proteção de Dados assegura o sigilo médico e prevê sanções para violações. É essencial respeitar a privacidade das vítimas para garantir seu bem-estar durante a reconstrução de suas vidas

Referências

SANTOS, Nikole Gabrielle Oliveira Simões et al. Violência contra a Mulher e Comportamento Suicida. Faculdade de Medicina de Barbacena, 2021. (<https://rmmg.org/artigo/detalhes/3805>) MARTINS, Helena; MAGALHÃES, Teresa. Trajecto percorrido pelas vítimas de violência nas relações de intimidade no Serviço Nacional de Saúde. Instituto de Ciências Biomédicas "Abel Salazar" da Universidade do Porto, 2010. (<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/52749/2/ArtigoHelenFINAL1.pdf>)